

[illegible]



| | | | |
|-----------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Nº DO PROCESSO | 0024603/2024 | DATA DE ENTRADA | 07/11/2024 17:44:21 |
| SETOR DO USUÁRIO | | | |
| COMISSÃO DE LICITAÇÃO | | | |

COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO PE 33/2024

| | |
|---------------------|----------------------------|
| DADOS DO REQUERENTE | |
| REQUERENTE | |
| SINBRACOM | |
| TELEFONE | CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL) |

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
107974-JULIANA LOPES DA SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3



0024603/2024

07/11/2024 17:44:21

COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO PE 33/2024

ILMO(A) SR(A) DR(A) PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ/RJ.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é o registro de preços para contratação de distribuidor de combustível, para o fornecimento e entrega parcelada e contínua de Gasolina Comum e de Diesel S10, com o comodato não oneroso de tanque e equipamentos, a fim de atender às necessidades de armazenamento no Posto de Abastecimento Municipal, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

SINBRACOM – SINDICATO BRASILEIRO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 06.190.778/0001-97, com nova sede estabelecida à Avenida Braz Olaia Acosta, nº 727, 16º andar, sala 1601, Ed. Office Tower, Bairro Jardim Califórnia, Ribeirão Preto/SP, CEP. 14.026-040, neste ato representado por seu Procurador (**Atos Constitutivos e Procuração em anexo**), podendo ser contata pelo e-mail juridico@sinbracom.com.br, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com esteio ao artigo 5º XXXIV, 'a' da Constituição Federal, artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como nos demais dispositivos legais declinados no corpo desta peça e aplicáveis à espécie, apresentar

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

em consonância com a Lei Federal 14.133/21, pelos motivos de fato e direito a seguir articulados:

1- DA TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura agendada para o dia 13 de novembro de 2024, às 10:00min.

O edital de licitação estabelece no item 1.8 o prazo para a interposição de impugnação, conforme se transcreve:

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: maricacpl@gmail.com.

Levando-se em conta o prazo estabelecido, logo o prazo para interposição de Impugnação encerra-se em 07 de novembro de 2024.

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

2 – DOS FATOS

No dia 13 de novembro de 2024, às 10:00h, a Prefeitura de Maricá/RJ, irá realizar o Pregão Eletrônico de Nº 33/2024 - SRP, cujo objeto é a “objetivo é o registro de preços para a contratação de distribuidor de combustível, a contratação abrange o fornecimento e a entrega parcelada e contínua de gasolina comum e diesel S10, com a concessão em comodato gratuito de tanques e equipamentos, visando atender às necessidades de armazenamento no Posto de Abastecimento Municipal, conforme as especificações do Edital e/ou do Termo de Referência..”

Prefacialmente, cumpre ressaltar que ao compulsar os termos do edital, constata-se que o mesmo **não contém algumas exigências necessárias**, como os itens **(B) – habilitação econômico-financeira - (B.1.a) contém apenas a solicitação do Índice de Liquidez Geral (ILG), 2. prazo de vigência do contrato, de reajuste e prazos de execução – (2.6) com prazo de 60 dias para instalação de novos tanques, (e) – qualificação técnica – sem a exigência do responsável técnico e sem exigência de atestado técnico compatível com o objeto licitado**, consequentemente, ferindo os princípios fundamentais da Administração Pública, como a isonomia, a igualdade e a transparência.

Sendo assim, ao proceder dessa forma, além de descumprir os termos da legislação, a administração corre sério risco de contratar uma empresa sem capacidade financeira para cumprir o contrato, ou, até mesmo garanti-lo, o que pode colocar em risco própria execução do contrato, afinal, **trata-se de contratação de alta complexidade e, a falta de previsão quanto as exigências de qualificação econômico-financeira dos licitantes causaria seria afronta a Lei 14.133/21**

A solicitação de **habilitação econômico-financeira e a qualificação técnica**, visa assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira e técnica para executar o objeto contratado, razão pela qual a lei é específica ao indicar os documentos indispensáveis aos certames, os quais, dentre eles, estar a exigência dos índices contábeis, atestado compatível com objeto e a necessidade de um profissional qualificado.

Assim, **imperioso a alteração dos termos do edital, de modo que seja exigida pela Administração a documentação acerca de sua situação econômico-financeira, qualificação técnica, o responsável técnico e a diminuição no prazo para colocar os tanques**, conforme, se demonstrará a seguir.

3 – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

3.1 – DA NECESSIDADE DOS ÍNDICES CONTÁBEIS

Como ressaltado nos fatos, o edital não previu a necessidade das Licitantes comprovarem sua habilitação financeira por meio de todos os índices necessários para comprovação da boa situação financeira da empresa, conforme demonstrado abaixo:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 01 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

O fato do edital solicitar apenas o índice de Liquidez Geral (ILG) para a comprovação da situação financeira da empresa é uma limitação que pode comprometer a análise completa da saúde financeira das licitantes.

A Liquidez Geral (LG) é um indicador importante, pois mostra a capacidade da empresa de saldar suas obrigações de curto e longo prazo, no entanto, a avaliação apenas desse índice oferece uma visão parcial, deixando de lado outros aspectos financeiros essenciais.

Portanto, a ausência de exigência dos índices de Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) é considerada uma omissão relevante no edital, pois esses indicadores fornecem informações complementares e fundamentais para uma análise robusta da capacidade financeira da empresa.

O índice de Solvência Geral (SG), por exemplo, mede a capacidade da empresa de honrar todas as suas obrigações — tanto as de curto quanto as de longo prazo — em relação aos seus ativos totais, além do mais, esse índice é crucial para avaliar a saúde financeira da empresa em um horizonte mais amplo, assegurando que ela tem estrutura patrimonial sólida para sustentar as operações.

Já o índice de Liquidez Corrente (LC) é um indicador da capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo com seus ativos de curto prazo, esse índice é particularmente importante em contratos que envolvem fornecimento de combustíveis, pois uma baixa liquidez corrente pode indicar dificuldades para manter o fluxo de caixa necessário para garantir o abastecimento regular.

Diante o exposto, solicitar apenas o índice de Liquidez Geral, portanto, pode deixar brechas na análise de riscos financeiros, permitindo que empresas com fragilidades na liquidez de curto prazo ou uma baixa solidez patrimonial sejam qualificadas, o que pode comprometer a execução do contrato.

Ainda é bom de alvitre mencionar, que a exigência desses indicadores no edital representa uma oportunidade de melhoria para tornar o processo licitatório mais criterioso e seguro, aumentando as chances de que a empresa vencedora tenha uma situação financeira realmente estável e esteja preparada para cumprir integralmente suas obrigações com a administração pública.

3.2 – DA INCONFORMIDADE DO PRAZO PARA INSTALAÇÃO DE TANQUES

A Impugnante argumenta que o Edital apresenta omissões significativas, como o prazo de 60 dias para a instalação dos novos tanques, o que pode representar um risco de desabastecimento para a prefeitura, visto que, esse prazo de dois meses é extenso e, se não houver

planejamento adequado, pode comprometer a continuidade dos serviços e o abastecimento dos veículos da prefeitura durante o período de transição entre fornecedores.

Além disso, é necessário considerar o prazo para a retirada dos tanques da fornecedora anterior, pois esse processo envolve desinstalação e transporte, demandando tempo adicional, especialmente por ter que seguir requisitos de segurança e ambientais, sendo assim, caso o edital não contemple esses aspectos, a prefeitura corre o risco de ficar sem infraestrutura de armazenamento e, conseqüentemente, sem acesso imediato ao combustível.

A ausência de uma previsão específica para lidar com a transição entre fornecedores e o prazo para substituição dos tanques pode resultar em custos e complicações administrativas adicionais para a prefeitura.

Dessa forma, a Impugnante considera essencial que o edital seja ajustado para prever prazos realistas e medidas de mitigação que garantam a continuidade do fornecimento de combustível, independentemente de quem seja o fornecedor vencedor.

Portanto, para garantir a execução eficaz do contrato e evitar interrupções no abastecimento, seria ideal que o edital exigisse a instalação de tanques novos pela empresa vencedora **em até 10 dias após a assinatura do contrato.**

Esse prazo reduzido permitiria uma transição rápida e segura, minimizando o risco de desabastecimento e assegurando que a infraestrutura necessária esteja pronta para o uso imediato, aliás, a exigência de um prazo curto também reforça o compromisso da empresa vencedora em atender prontamente as necessidades do município, promovendo maior eficiência e continuidade nos serviços prestados.

3.3 – DA EXIGÊNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E DE ATESTADO DE CAPACIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO

Terceiro ponto, ao ser questionado é a exigência de que as licitantes apresentem um responsável técnico para a instalação dos tanques, é um ponto crucial em processos licitatórios envolvendo o fornecimento e instalação de equipamentos de armazenamento de combustíveis, em função que essa exigência garante que a empresa vencedora disponha de uma equipe técnica qualificada para realizar a instalação de maneira segura e em conformidade com normas ambientais e de segurança.

A presença de um responsável técnico assegura que a instalação dos tanques e equipamentos de abastecimento ocorra com o devido cuidado, prevenindo riscos como vazamentos, contaminação do solo ou acidentes.

Ademais, a Resolução 273/2000 do CONAMA estabelece que a empresa proprietária dos tanques é solidariamente responsável por quaisquer incidentes enquanto os tanques estiverem em uso, portanto, o trabalho de instalação deve ser conduzido por um profissional habilitado, reduzindo possíveis problemas que poderiam resultar em danos ambientais ou mesmo responsabilização legal da prefeitura.

Importante ressaltar também que a exigência de um responsável técnico reforça a transparência e a seriedade do processo licitatório, ao definir que apenas empresas com infraestrutura e expertise necessárias possam participar.

O último ponto a ser questionado é o **atestado de capacidade técnica**, pois é fundamental que esse documento **seja compatível com todas as exigências do objeto licitado**.

No caso em questão, o edital omite a necessidade de comprovação específica da capacidade técnica para a instalação dos tanques em regime de comodato, limitando-se a exigir um atestado para o fornecimento de combustíveis.

Essa omissão pode comprometer a qualidade e a segurança da execução do contrato, uma vez que a instalação de tanques requer habilidades e conhecimentos técnicos específicos para garantir a conformidade com normas de segurança e ambientais.

A ausência de um requisito de comprovação para essa atividade cria uma lacuna importante, que pode resultar na seleção de empresas sem experiência comprovada nesse tipo de instalação. Por isso, é essencial que o edital seja retificado para incluir a exigência de um atestado técnico específico para a instalação dos tanques, assegurando que as licitantes estejam devidamente qualificadas para cumprir todos os aspectos do contrato com segurança e eficiência.

Assim, a presença desses critérios auxilia na seleção de fornecedores que não apenas atendam ao escopo contratual, mas que também estejam preparados para cumprir integralmente as responsabilidades envolvidas, evitando prejuízos ao poder público e à comunidade.

4 - DOS PEDIDOS

Diante de todo exposto, resta indubitável a afronta a lei de licitações evidenciada no edital da Prefeitura Municipal de Maricá - RJ a Lei de Licitações (14.133/21), bem como as demais normas aplicadas ao objeto do certame. Em face disso, requer:

- 1 - Que o(a) Ilustre Pregoeiro(a) receba a matéria em **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**, para suspensão do Pregão Eletrônico 33/2024 - SRJ, **cujá realização está prevista para 13/11/2024 às 10H**, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais para tal, devendo ser reaberto o certame somente após serem devidamente sanadas os vícios aqui apontados;

2 - Por fim, requer a devida análise da presente **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL** determinando a imediata **decretação de nulidade do certame, cabendo serem retificadas a EXIGÊNCIA E/OU AUSÊNCIA/OMISSÃO, conforme indicado nesta IMPUGNAÇÃO.**

Por fim, requer que seja dado **PROVIMENTO EM SUA TOTALIDADE** ao presente **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.**

Sem mais, são estes os termos pelos quais se requer deferimento.

Ribeirão Preto/SP, 07 de novembro de 2024.

LETICIA
BECKMAN
RODRIGUES:024¹
12866201

Assinado de forma digital
por LETICIA BECKMAN
RODRIGUES:0241286620
Dados: 2024.11.07
16:19:33 -03'00'

SINBRACOM – SINDICATO BRASILEIRO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS

Letícia Beckman Rodrigues - Procuradora